

A CRÍTICA DE VICO AO RACIONALISMO CARTESIANO E AO DESAPREÇO À CIÊNCIA HISTÓRICA

THE VICO'S CRITIQUE TO CARTESIAN RATIONALISM AND THE CONTEMPT FOR HISTORICAL SCIENCE

Wirley Quaresma da Cunha¹

Resumo: Neste artigo, pretendemos apresentar os aspectos essenciais da crítica de Giambattista Vico (1668-1744) ao racionalismo cartesiano e à epistemologia fundante da ciência moderna, em seu esforço para legitimar uma ciência que tem como objeto o mundo das realizações humanas. Para tentar validar uma ciência da história, seu principal objetivo, Vico percebeu que não poderia utilizar como parâmetro os princípios e a estrutura epistêmica cartesiana, pois o modelo moderno de ciência não teria viabilidade para as ciências humanas, cuja matéria é de natureza incerta e irregular, por isso fez-se necessário a reformulação de um modelo que legitime esta área do saber. Diferentemente do positivismo lógico, que almeja ser o normatizador da epistemologia científica na modernidade, Vico nos apresenta outra trajetória mediante o conceito de *verum factum*, pelo qual a ciência não é uma “régua aposta à realidade”, mas limita-se apenas àquilo que se conhece as causas, em outras palavras, o que se cria. Colocase, com isto, imediatamente de encontro à comunidade acadêmica, fundamentalmente ao cartesianismo e ao modelo matematizante de ciência, tão louvado pelos intelectuais de sua época, os quais testemunhavam os avanços científicos e industriais conquistados.

Palavras-chave: Cartesianismo. Ciência Moderna. História. *Verum Factum*. Giambattista Vico.

Abstract: In this text, we pretend to show the essentials aspects of Giambattista Vico's critique to Cartesian rationalism and to fundamental epistemology of modern Science, that is, the Vico's dedication to legitimize a science that have as object the world of human actions. For to try validate a science of history, main goal, Vico understood that could not use as parameter the principles and the epistemic structure Cartesian, because the modern model of science didn't have viability to human sciences, whose matter is uncertain and of irregular nature, so become necessary the redesign of a model that legitimizes this knowledge area. Unlike the logical positivism that aims be the regulator of the scientific epistemology in the modernity, Vico presents other trajectory by means of the concept of *verum factum*, in which science is not considered a “scale applied to reality”, but it is limited to only what is known the causes, in other words, what is created. Putting up with this immediately against the academic community, especially the cartesianism and the mathematized model of science so acclaimed by the intellectuals of Vico's time, those who testified the scientific and industrial advances obtained.

Keywords: Cartesianism, Rationalism. History. *Verum Factum*. Giambattista Vico.

* * *

¹ Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Sociedade (ICS-UFPA). E-mail: wirlleyquaresma@outlook.com.

1. Introdução

Giambattista Vico viveu em um período emblemático da história, em pleno esplendor do racionalismo na modernidade. Porém, diante de todo o prestígio e louvor dos intelectuais de sua época ao reinante pensamento racionalista, decorrente principalmente dos êxitos conquistados pela ciência moderna, interessou-se pelo estudo das disciplinas humanísticas, tais como: retórica, jurisprudência e história. Mais do que isso, ele se tornou um crítico severo do pensamento moderno, ao se dedicar ao trabalho de fundamentar uma ciência do mundo humano, a *história*, até então rejeitada pelos doutos que só tinham olhos para o mundo físico-natural.

O contexto histórico testemunhado por Vico foi um fator determinante para que ele adotasse uma postura diferente em relação aos seus contemporâneos. Ele viveu praticamente toda sua vida em Nápoles, no sul da Itália, isolado de certa forma em relação aos grandes centros da Europa e, com isso, distante de toda agitação e furor dos debates travados nas principais universidades. Este ambiente sem dúvida foi decisivo para que o filósofo italiano não viesse a seguir a mesma linha de raciocínio que vinha sendo adotada nas principais academias europeias, a saber, o cartesianismo.

A nosso ver, esse contexto, longe de prejudicar este pensador, deixou-lhe em uma posição privilegiada, onde foi possível se posicionar com certo distanciamento em relação ao cenário intelectual de sua época, tal como um expectador, em condições de avaliar criticamente antes de adotar um viés filosófico. Assim, pôde se deter ao estudo de fontes antigas, tornando-se grande conhecedor da história da filosofia latina, estudioso de autores e poetas, tais como: Homero, Platão, Virgílio, Tácito (historiador), dentre outros, formando, assim, uma visão ampla em relação à filosofia e à própria natureza humana.

Vico demonstra claramente tal postura em uma de suas *Orazioni Inaugurali* – palestras que abriam o ano letivo da Universidade de Nápoles Frederico II, quando ocupava a cátedra de professor de retórica – intitulada *De nostris temporis studiorum ratione* (Da razão dos estudos de nosso tempo, 1708). Ele percorre sua arguição confrontando a forma de pensar dos antigos com o modo de pensar dos modernos, avaliando os avanços e prejuízos obtidos em relação àqueles. Aponta como principal desvantagem do pensar de seu tempo a desvalorização da imaginação no processo do conhecimento, esta era tida como um empecilho na busca pela verdade, como é notório em Descartes (1973, p. 102):

E mesmo esses termos fingir e imaginar advertem-me de meu erro; pois eu fingiria efetivamente se imaginasse ser alguma coisa, posto que imaginar nada mais é do que contemplar a figura ou a imagem de uma coisa corporal. Ora, sei já certamente que eu sou, e que, ao mesmo tempo, pode ocorrer que todas essas imagens e, em geral, todas as coisas que se relacionam à natureza do corpo sejam apenas sonhos ou quimeras.

Diante de tal ambiente intelectual, o empenho de Vico foi de conduzir seu pensamento em defesa de uma ciência da história, articulando o mito e a imaginação, o que sem dúvida é audacioso, porém notável, diante de um ambiente completamente adverso a toda e qualquer forma de conhecimento que escapasse às rédeas da razão, por isso sua tarefa foi árdua. Precisou, primeiramente, superar a concepção predominante de ciência, para isso, foi mister percorrer outro caminho metodológico e epistêmico até então não considerado.

Nesse sentido, refutar os pressupostos racionalistas é a condição para a fundamentação de uma nova concepção de ciência e de conhecimento. Podemos dizer então, que a crítica viquiana ao pensamento moderno é positiva, na medida em que para caracterizar a história enquanto ciência era necessário antes refutar os parâmetros científicos estabelecidos, somente então apresentar, em contrapartida, outro pressuposto epistemológico que assegurasse a validade de uma ciência legitimamente humana. Eis o árduo trabalho deste filósofo em tempos pouco oportunos.

2. Panorama científico na Modernidade

No século XVII percebemos uma reviravolta no cenário filosófico e na maneira do homem perceber o mundo. Contrastando com o pensamento filosófico absoluto na idade média, no qual tínhamos a influência predominantemente teocrática na forma de pensar, a filosofia moderna se afirma a partir da cisão em relação à filosofia medieval. A visão teológica foi sendo substituída por um movimento estritamente humanístico, cujo eixo cognoscente deslocou-se de Deus para os homens e, com isto, o homem passou a se convencer da possibilidade de ultrapassar limites até então intransponíveis do conhecimento, aventurando-se a conhecer o mundo por meio de suas próprias faculdades, ou seja, a razão.

Assim, a relação do homem com o mundo se altera, este passa a ser visto pelo olhar inquiridor do cientista, como objeto de conhecimento passível de ser mensurado. O “véu” que antes encobria e ofuscava o conhecimento da natureza passou gradativamente a ser descoberto. Se antes havia certo temor às autoridades eclesiásticas, vê-se agora a possibilidade de conhecer através dos seus próprios esforços, independentemente da vontade divina. Essa mudança de atitude foi fundamentalmente motivada pela crise pela qual vinha passando o pensamento medieval, mas, para que isso se tornasse possível o prisma teológico, pelo qual o mundo era visto, precisou ser superado.

Iniciada no final da Idade Média, a chamada Revolução Científica tomou forma ao longo do século XVII. No decorrer do século seguinte ela se expandiu para diversas áreas do conhecimento, fazendo nascer uma nova cultura, na qual a ciência mecanicista se constituía como núcleo de uma nova racionalidade, rompendo definitivamente com as estruturas medievais baseadas numa razão teológica. (GUERRA, 2005, p. 15)

A pretensão de se instaurar uma ciência que tinha como objeto o mundo natural trazia instantaneamente a necessidade primordial da fundamentação em princípios epistemológicos que pudessem dar devida credibilidade a esta forma de conhecimento. O homem confiou na possibilidade real de se fazer ciência do mundo natural, contudo foi necessário seguir determinado critério na sua constituição para que não se frustrasse constantemente com equívocos oriundos de uma prática mal fundamentada.

Para tanto, os filósofos modernos se inspiraram largamente na justeza do método dedutivo que era utilizado nas matemáticas, pois pretendiam atingir o mesmo sucesso e rigor das operações matemáticas no conhecimento dos fenômenos naturais. O precursor da revolução científica na modernidade foi Galileu Galilei (1564-1642), ao pensar a natureza de uma maneira mecânica, como um sistema fechado e regulado por leis físicas, portanto passível de ser conhecido, como fica claro no trecho supracitado:

A filosofia está escrita neste enorme livro, que está continuamente aberto diante dos nossos olhos (refiro-me ao Universo) mas não pode ser entendido se antes não se aprende a entender a língua e os caracteres nos quais está escrito. Está escrito em língua matemática, e os caracteres são triângulos, círculos e outras figuras geométricas. (GALILEI, 1983, p. 119)

Esta maneira de se conceber o mundo físico na modernidade, como um sistema fechado e regular, onde seus mecanismos de funcionamento eram possíveis de serem conhecidos, abre pressuposto para se tomar “partes” ou “frações” do mundo como objeto de estudo separadamente, perspectiva que irá orientar a constituição de diversas disciplinas científicas na modernidade.

Entre as heranças deixadas pelo século XVII,... podem-se encontrar os fundamentos de uma nova forma de perceber a natureza, o Universo-máquina. Toda máquina pode ser compreendida pelo estudo de suas partes e pelas leis que regem sua atividade. Portanto, a tarefa do filósofo natural passou a ser utilizar o método da análise na separação das diversas engrenagens, para tentar encontrar as leis de funcionamento do Universo-máquina. (GUERRA, 2005, p. 15)

Tivemos também outros pensadores importantes na modernidade que também se ocuparam de pensar em uma epistemologia para as ciências naturais, tal como Francis Bacon (1561-1626), mas sem dúvida a maior expressão do pensamento moderno foi René Descartes (1596-1650), ele se tornou o principal expoente deste período ao assumir a responsabilidade de pensar e formular as bases para a ciência com princípios epistemológicos estritamente lógicos. Através do método dedutivo assegurou a possibilidade do conhecimento científico do mundo natural.

Descartes confiou na precisão da razão para firmar o conhecimento científico em um porto seguro, tal como um cético coloca em cheque todas as noções até então aceitas, para se livrar do risco de incorrer em erros. Através da *dúvida metódica* submete todos os princípios tidos como verdadeiros ao crivo da razão, na intenção de restar apenas o que seja realmente claro e evidente. Na medida em que se torna indispensável a existência de um sujeito cognoscente, passa a se pensar à luz da certeza do *cogito*, que enquanto princípio do conhecimento tem a função de dar unidade ao sistema.

A *infallibilidade* deste método consiste em estabelecer um princípio rigorosamente verdadeiro, sendo que a validade do sistema inteiro permanece em sua dependência, tal como uma rede de silogismos, a partir do qual pode-se fazer deduções sem os risco de incorrer em erros. Descartes com isto submete a natureza à unidade da razão, já que a consciência da existência de um sujeito do conhecimento se faz inquestionável. Consequentemente, com o cartesianismo cria-se uma separação

fundamental no pensamento humano, entre sujeito epistêmico (*res cogitans*) e o mundo material (*res extensa*).

De acordo com a escola cartesiana, o paradigma do verdadeiro conhecimento consistia em partir de verdades tão claras e tão distintas que somente podiam ser contestadas a custo de cair no absurdo, e dali prosseguir até chegar, através de normas estritamente dedutivas, a conclusões cuja autenticidade estava garantida pelas infringíveis regras da dedução e transformação, mediante as quais, como acontece na matemática, tais deduções derivavam das suas inatacáveis e eternamente verdadeiras premissas. (BERLIN, 1982, p. 26)

3. A exclusão das ciências humanas

Diante deste fascínio dos intelectuais pelo ideal de ciência racionalista, da crença no poder da razão enquanto única fonte apropriada para obtenção de conhecimento, acrescido ainda dos avanços científicos e industriais conquistados, tornou-se inevitável a total desconsideração de qualquer forma de conhecimento que não se enquadrasse ao crivo da razão. Isto significa que para se atribuir valor científico a uma ciência era imprescindível haver certa regularidade em seu objeto de estudo, já que se tornaria impossível formular quaisquer proposições acerca de matéria irregular. Esperava-se, deste modo, que uma proposição científica contivesse caráter de universalidade.

De acordo com o critério estabelecido na modernidade, uma área do saber cujo objeto não apresenta regularidade, ou seja, cuja natureza é variável e inconstante, não seria considerada de caráter científico. Como consequência direta disto temos a exclusão do conhecimento da história humana do âmbito científico, já que os acontecimentos históricos não seguem uma logicidade racional, pois não são regidos por leis ou princípios gerais.

Neste sentido, não seria possível uma ciência humana propriamente dita, que tem como objeto o mundo dos acontecimentos humanos, pois diferentemente das ciências naturais a história humana não tem um curso necessário, e sim acontece de maneira incerta e arbitrária, o que tornaria, portanto, impossível de se estabelecer quaisquer postulados acerca do mundo civil sem incorrer em proposições oriundas da subjetividade ou que sejam restritas à descrição de um acontecimento em particular. Ainda com Berlin (1982, p. 27):

Para Vico, como também o tinha sido para o próprio Descartes, era óbvio que esse modelo não podia ser aplicável ao campo do que hoje chamamos estudos humanos. Onde, na história, ou na humanística, ou na literatura podemos encontrar definições estritas, provas rigorosas, conceitos exaustivamente analisados até seus constituintes atômicos fundamentais, teoremas concludentes, luminosas e auto-evidentes premissas que, com lógica inexorável, nos conduzam a conclusões inalteráveis?

Desta maneira, não há espaço para se pensar uma ciência do mundo civil mediante a estrutura e o modelo científico adotado pelo pensamento moderno, da mesma forma como não dá para enquadrar o conhecimento dos acontecimentos históricos, que são incertos por natureza, ao modelo cartesiano que privilegia o lógico e o indubitável e desconsidera tudo aquilo que possua natureza irregular. No entanto, ao pretender instaurar uma ciência da história, Vico não visa adequá-la aos parâmetros epistemológicos exigidos para a ciência natural, pois sabe que de fato isso não seria possível – considerando a sua matéria peculiar –, sua filosofia surge então, em confronto ao cartesianismo.

Como crítico severo do modelo científico racionalista adotado na modernidade, Vico, diferentemente de alguns intelectuais contemporâneos, tais como: Augusto Comte (1798-1857) e John Stuart Mill (1806-1873) – cujos esforços intelectuais foram para adequar as ciências humanas ao modelo positivista de ciência –, não conferirá o mesmo assentimento de legitimidade a este modelo e, concomitantemente, não terá serventia na fundamentação da ciência histórica, ou ainda, como prefere Vico, da nova arte crítica.

Desta feita, o esforço de Giambattista para legitimar uma ciência da história não consiste na reformulação ou adaptação metodológica ao parâmetro científico vigente. Sua posição é extremamente crítica ao refutar os próprios fundamentos epistemológicos que davam suposta credibilidade às ciências naturais, portanto se contrapõe mediante uma concepção completamente nova acerca do conhecimento.

Há ciências que escapam àquele método, e são as mais importantes, porque são as ciências do homem, as ciências morais. Aliás, a própria física não pode alcançar a evidência e a necessidade da matemática: aplicadas aos fenômenos naturais, as demonstrações matemáticas perdem o rigor, por que não há na natureza esferas perfeitas, planos perfeitos, etc.. (ROVIGHI, 2002, p. 515)

O intento ao qual se propõe Vico é realmente fundamentar uma nova ciência, diferente de tudo que fora pensado até então, não é por acaso que sua obra magna é

denominada *Ciência Nova* (*Principi di Scienza Nuova d'intorno alla comune natura delle nazioni, Princípios de uma ciência nova acerca da natureza das nações*), publicada inicialmente em 1725, sendo ampliada e editada outras duas vezes, uma em 1730 e a última edição póstuma em 1744. Aos olhos dos intelectuais que tiveram oportunidade de lê-la, a obra foi considerada obscura, reclamavam ausência de uma ordem linear de exposição das ideias e, por isso não lhe conferiram o merecido valor.

4. A crítica viquiana

Em sua *Ciência Nova*, Vico faz a distinção entre duas ordens de conhecimento até então desconsiderada pela bória dos doutos, a ordem do *verum*, peculiar à matemática, conhecimento de natureza dedutivo e por isto demonstrável, e a ordem do *certum*, da certeza, que diz respeito ao verossímil. O discernimento entre estas duas ordens de conhecimento foi fundamental para entender o equívoco do pensamento moderno ao ignorar os assuntos humanos, pois percebe a total desconsideração da ordem da verossimilhança no âmbito do conhecimento.

Como sabemos, devido à sua precisão, o método proposto para as ciências naturais surge a partir da metodologia utilizada na matemática. Segundo Vico, este conhecimento pertence à ordem do *verum* (verdadeiro) e sua validade lógica é inquestionável. A validade das deduções realizadas consiste na possibilidade de se demonstrar a partir de axiomas ou princípios, por este motivo esta forma de conhecimento é inerente à veracidade e pertence à ordem do *verum*.

No entanto, não se pode esperar que o mesmo rigor lógico daquela fosse válido para o mundo natural, pois não há nenhum elo fundamental entre as verdades matemáticas e os fenômenos da natureza, embora se estabeleça correlações. O filósofo napolitano considera que esta forma de conhecimento tem realidade própria apenas no âmbito lógico-racional, inclusive nele é possível se estabelecer várias operações subsidiadas pela coerência intrínseca a esta estrutura.

No entanto, a ilusão dos filósofos modernos consiste em conferir a realidade própria do mundo lógico-matemático ao mundo material que não é lógico. Vico contestava a pretensão existente desde Galileu de construir um mundo *a priori* da realidade (da ordem do *verum*), em outras palavras, os modernos acreditavam poder encontrar na natureza a mesma regularidade existente nas operações matemáticas. No

seu entender, devido à nossa natureza limitada, nos é possível apenas conhecer o mundo natural de maneira superficial, todavia nunca entendê-lo em sua essência.

Partindo disto, Vico fundamentará uma nova epistemologia tomando como princípio norteador o *ipsum verum et factum convertuntur* (a verdade que se converte no feito) ou *faço por que conheço, conheço por que faço*. Na qual, o conhecimento passa a ser entendido na relação entre o fazedor com a sua obra, sendo intrínseco ao autor o conhecimento de sua criação, ao passo que dispõe de suas causas. Ora, desde Aristóteles o conhecimento considerado mais sublime é aquele *per causas*, pois é possível de ser demonstrado.

Nesta perspectiva, como não nos é inerente a criação do mundo, enquanto obra do Primeiro Fazedor (Deus), somente este detém um conhecimento pleno acerca daquele. Por isso, torna-se impossível ao homem apreender a *causa sui*² do mundo, conseqüentemente deduzir leis gerais que regem a natureza, embora seja possível nele intervir, mas apenas reproduzir determinados fenômenos através de procedimentos técnicos, mas nunca alterá-lo em sua essência, pois não diz respeito à mente humana o conhecimento de sua criação.

Vico observa que o axioma *verum ipsum factum* coincide com a tese tradicional de que o verdadeiro conhecimento é conhecido por meio das causas, ‘pois a mente humana contém os elementos da verdade e pode dispô-los e compô-los. Dessa disposição e composição nasce a verdade que é demonstrar por elas, de modo que a demonstração se identifica com a operação e o verdadeiro se identifica com o produto (*factum*). E por isso não podemos demonstrar por causas as proposições da física: porque os elementos das coisas naturais estão fora de nós’. A matemática, contudo, não é ciência perfeita, porque os objetos que constrói são abstrações, não coisas reais. (ROVIGH, 2002, p. 516)

A verdade inerente ao conhecimento do âmbito lógico-matemático só é possível devido os conceitos matemáticos serem criação da mente humana, logo o homem dispõe de suas causas. O equívoco consiste em acreditar que a mesma regularidade presente nos conceitos matemáticos poderia ser transposta ao mundo material. Para Vico, não seria possível obter um conhecimento da ordem do *verum* advindo da natureza, já que o homem não detém as causas da criação desta.

² “*Causa sui*” remete àquilo que é causa de si mesmo e não depende de outra coisa para existir, este termo começou a ser utilizado na filosofia no medievo referindo-se principalmente a Deus enquanto substância primeira (FERRATER MORA, 2004, p. 442). Assim, utilizamos este termo no texto com o sentido de essência.

A firmeza das verdades matemáticas não procede da claridade e distinção dos seus conceitos, mas do objeto sobre o qual predica, que é uma ficção criada pelo homem, pois a mente humana possui as causas desse objeto, uma vez que ‘saber significa compor os elementos das coisas’, porque são utilizados e dados mediante informações certas que, em função da origem da coisa, combinam-se através de determinados elementos e não outros. (NUNES, 2009, p. 36)

A convicção acerca da existência de uma ordem natural, que poderia ser transcrita ou decodificada no âmbito racional de maneira clara, tal como são as demonstrações feitas pelas matemáticas, ocorre devido à limitação de nossa capacidade cognitiva para entender a natureza. A enorme vontade do homem em ordenar e classificar a realidade que lhe cerca deve-se à ânsia de assimilar e entender a si próprio enquanto ser inserido nela.

Vico percebe a incongruência de tal postura³ ao considerar que os conceitos da matemática são de natureza abstrata, criadas pela mente humana, enquanto por outro lado o mundo natural é de natureza material e a sua criação é distinta da criação do homem. Por este motivo, a validade das operações dedutivas da matemática está circunscrita no âmbito regido por regras estritamente lógicas, ao tentar transpor esta ordem para o mundo físico ocorre certa inadequação entre a ordenação lógica e a realidade.

No pensamento viquiano, um conhecimento pleno da natureza só o Primeiro Fazedor (Deus) poderia ter, por conseguinte, as forças que movimentam a natureza seriam independentes da nossa vontade e o esforço do homem consiste em querer dominá-las. Se o homem não conhece plenamente a natureza, porque ele não a criou, pode apenas reproduzir algum fenômeno em particular, mediante equipamentos e condições ideais, mas é possível conhecer o mundo civil ou histórico já que este sim é uma construção sua.

Desta maneira, fica evidente que o método dedutivo cartesiano possui limitações e, portanto, não nos proporcionaria um conhecimento pleno acerca da natureza. Da mesma forma para as ciências humanas, de modo que os acontecimentos humanos diferem e muito do rigor exigido naquelas adequações lógicas. A dificuldade de se atribuir caráter científico à história justifica-se principalmente pela incerteza característica do curso dos acontecimentos históricos, pois o homem não age a partir de

³ Refiro-me à concepção moderna de ciência referida anteriormente.

uma lógica racional, ao contrário faz uso de seu livre-arbítrio, o que torna impossível a dedução de leis gerais da história.

Consciente da forma peculiar com que o homem cria a história, Vico rejeita a exclusividade do método geométrico em prol de uma epistemologia que valorizasse a sabedoria prática, a *lógica poética*, a lógica concernente ao fazer humano, e, por conseguinte o conhecimento da história será distinto e peculiar, pois diz respeito à ordem do *certum*⁴ ou da verossimilhança. A discussão acerca do caráter peculiar da história e a metodologia desenvolvida na obra viquiana ultrapassa nossa pretensão neste artigo, que se limitou às críticas à concepção moderna de conhecimento.

O grande mérito da filosofia viquiana, antes de pretender seguir o parâmetro de ciência estabelecido, foi refletir acerca do estatuto epistemológico científico imperante no cenário filosófico do século XVII. Diferentemente da maioria dos filósofos de seu tempo, Vico priorizou os conhecimentos do mundo humano e não pretendeu tomar como norte para o seu encargo a noção cartesiana do *claro e evidente*, pois antes de pensar uma metodologia científica para a história refletiu acerca do próprio fundamento do conhecer, repensando a ciência a partir de uma nova ótica.

5. Considerações finais

Nossa intenção, neste artigo, foi mostrar como Vico, em meio a uma forte tendência ao modelo matematizante de ciência, encontra subsídios em sua filosofia para pensar a cientificidade dos saberes de uma maneira diferente daquela que tem a objetividade em seu cerne. Motivado pelo interesse em atribuir *status* científico ao estudo da história, o filósofo napolitano compreende que o modelo moderno de ciência não tem a mesma viabilidade para as ciências humanas, então vê como necessária a crítica e a formulação de um novo princípio epistemológico.

É louvável a maestria deste pensador ao fazer demonstrar o caráter científico do conhecimento histórico através da refutação dos antigos princípios epistemológicos, afastando-se da irredutibilidade do *cogito* cartesiano ao perceber a existência de duas ordens do conhecimento até então desconsideradas, a ordem do *verum* de caráter

⁴ A ordem do *certum* ou da certeza diferencia-se do conhecimento exato oriundo das matemáticas ao caracterizar-se pela incerteza, portanto tal conhecimento pertence à ordem da verossimilhança, ou seja, aquilo que não é a verdade, mas que dela se aproxima.

dedutivo peculiar às matemáticas e a outra há muito ignorada, a ordem do *certum* (da verossimilhança), característica pela sua incerteza e peculiar ao conhecimento.

Ao se nortear pelo princípio epistemológico *verum factum*, a partir do qual o conhecimento passa a ser entendido pela criação, o filósofo italiano se afasta da pretensa necessidade da evidência e estabelece na relação do fazedor com a sua obra a chave para a compreensão do processo cognoscente. Torna-se possível então, na filosofia viquiana, uma ciência do mundo das realizações humanas, pois enquanto criador da história o homem é capaz de conhecê-la.

Referências

- BARROS, I. K. F. de. *A concepção de história em Giambattista Vico*. 2010. 101 f. Tese (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.
- BERLIN, I. *Vico e Herder*. Tradução: Juan Antônio Gili Sobrinho. Brasília: UNB, 1982.
- DECARTES, R. *Discurso do Método; Meditações Metafísicas*. Tradução: J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores)
- FERRATER MORA, J. *Dicionário de Filosofia*. Vol. 1. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- GALILEI, G. *O Ensaíador*. Tradução de Helda Barraco. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores)
- GUERRA, A; BRAGA, M; REIS, J. C. *Breve história da ciência moderna: das luzes ao sonho do doutor Frankenstein*. vol. 3. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- LACERNA, M. Giambattista Vico: Una nueva ciencia, la historia. *Revista Acadêmica Colombiana Científica*. v. 23, n. 88, set. 1999.
- MENEGAZZO, C. M. *Magia, mito e psicodrama*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ágora, 1994.
- NUNES, A. S. C. *A arqueologia da linguagem em Giambattista Vico*. 2009. 164 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- PECORARO, R. *Filosofia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- ROVIGH, Sofia Vanni. *História da filosofia moderna: da revolução científica a Hegel*. São Paulo: Loyola, 2002.
- VICO, G. *Opere Giuridiche*. Firenze: Ed. Sansoni, 1974.
- _____. *Princípios de ciência nova: acerca na natureza comum das nações*. Tradução do original italiano intitulado Principi di Scienza Nuova. Tradução: Jorge Vaz de Carvalho. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.